

Práticas e desafios no ensino de ciências em ambientes prisionais no Distrito Federal: uma análise a partir da literatura acadêmica

Practices and challenges in science teaching in prison environments in the Federal District: an analysis based on academic literature
Educating for research: a theoretical-practical design based on the pedagogy of hope

 Vitoria da Silva Lacerda *
Samuel Molina Schnorr **

Recebido em: 10 maio 2024
Aprovado em: 25 julho 2024

Resumo: O presente estudo aborda as práticas e principais desafios no ensino de Ciências em ambientes prisionais do Distrito Federal. Esta pesquisa visa explorar as particularidades desse contexto educacional, com ênfase no ensino de Ciências, reconhecendo sua importância para a ressocialização e desenvolvimento dos indivíduos. Por ter como traço uma abordagem qualitativa, a pesquisa utilizou-se da análise de conteúdo, com busca por meio de levantamento bibliográfico em textos com conteúdo sobre o ensino de Ciências no sistema prisional, recorte geográfico no Distrito Federal e análise de documentos. A análise dos resultados apresentou o uso de filmes como uma importante estratégia didática, proporcionando aos alunos momentos em que conseguem desligar-se da realidade que se encontram, sob cárcere. Como desafios enfrentados, a alta rotatividade de alunos, classes heterogêneas, adequação de materiais, bem como a precariedade dos mesmos e redução da autonomia docente foram citados pelos autores, por quem exerce a docência ou participa de atividades educacionais nesses contextos. Por outro lado, autores descreveram possibilidades e qualidades entregues na educação de jovens e adultos intramuros; entre elas, destacam-se o interesse pelo aprendizado por parte dos discentes e um diferencial na valorização e respeito aos professores, por parte dos mesmos.

Palavras-chave: Ensino de ciências. Ambientes prisionais. Educação de Jovens e Adultos (EJA). Distrito Federal.

Abstract: The present study addresses the practices and main challenges faced by educators in teaching Science in prison environments in the Federal District. This research aims to explore the particularities of this specific educational context, with an emphasis on science education, recognizing its importance for the reintegration and development of these individuals. Due to its qualitative approach, the research relied on content analysis, conducting a bibliographic review of texts on Science education within the prison system, specifically within the Federal District. The analysis of the results revealed the use of films as a significant didactic strategy, providing students with moments where they can disconnect from the reality they face within confinement. Challenges encountered included high student turnover, heterogeneous classes, adequacy of materials, as well as their precariousness, and reduced teacher autonomy, as mentioned by authors who engage in teaching or participate in educational activities in these settings. On the other hand, authors described possibilities and strengths delivered in the education of incarcerated youth and adults; among them, the interest in learning by the students stands out, alongside a notable improvement in valuing and respecting teachers.

Keywords: Science education. Prison environments. Adult and Youth Education (EJA). Federal District.

* Graduada em licenciatura e bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília. Tem interesse em aplicações práticas da biologia, especialmente na interface com a investigação criminal, tendo atuado em diferentes órgãos da segurança pública (Polícia Civil do Distrito Federal, Departamento de Polícia Federal e Polícia Civil do Distrito Federal). Contato: vitoria.lacerda@aluno.unb.br

** Professor Adjunto da Universidade de Brasília, vinculado ao Núcleo de Educação Científica do Instituto de Ciências Biológicas e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PPGEduci/UnB), além de Professor do Programa de Mestrado Profissional em Rede em Ensino de Biologia (PROFBiol/UnB). Doutor em Educação, na área de Ensino de Ciências, pela Universidade de São Paulo (2019). Biólogo Licenciado (2013) e Mestre em Educação (2015) pela Universidade Federal de Pelotas. Contato: samuel.schnorr@unb.br

Introdução

O Sistema Penitenciário do Distrito Federal é formado pelo Centro de Internamento e Reabilitação (CIR), Centro de Detenção Provisória (CDP), Penitenciária do DF I e II (PDF I e PDF II), Penitenciária Feminina do DF (PFDF), Ala de Tratamento Psiquiátrico (ATP) e Centro de Progressão Penal (CPP). Todas as unidades dispõem de salas de aula que atendem alunos desde a alfabetização até o ensino médio e atuam com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Cavalcante, 2011, p. 15). Porém, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), apenas 16% da população carcerária têm acesso à educação ofertada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) (Brasil, 2022). Desta forma, dos 16.636 indivíduos presos na referida Unidade da Federação (UF), somente 1.500 indivíduos (estimativa aproximada) encontram-se amparados pela educação formal intramuros, ofertada pela SEEDF na modalidade da Educação de Jovens Adultos (EJA).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é voltada para indivíduos que, por diversas circunstâncias, encontram-se impedidos de completar ou iniciar sua jornada educacional e buscam a retomada dos estudos (Distrito Federal, 2014). Sua composição é caracterizada pela variedade de destinatários multifacetados, abrangendo desde jovens a idosos, pessoas em vulnerabilidade social, trabalhadores da esfera rural e urbana, além de indivíduos submetidos a medidas socioeducativas ou reclusos em penitenciárias (Distrito Federal, 2014).

Esse último grupo, composto por pessoas privadas de sua liberdade em ambientes prisionais, vivenciam, de maneira explícita, a marginalização e a estigmatização pelos olhos da sociedade, tornando a realização de estudos sobre as penitenciárias um imperativo. A universidade, ao fomentar tais pesquisas, têm notável relevância na busca por potenciais soluções de problemas e preservação de garantias fundamentais, colocando em evidência estes sujeitos estigmatizados e atraindo atenção à educação entregue nesses estabelecimentos, ferramenta esta essencial para a ressocialização desse público.

Sob essa perspectiva, e no âmbito específico do ensino de Ciências, é possível reconhecer a importância das práticas educacionais na promoção de oportunidades de aprendizado e a ascensão por meio do estudo. Nesse contexto, a educação não apenas facilita a compreensão de si, do mundo e da sociedade, mas também transcende o ensino formal, englobando toda forma de conhecimento, das tecnologias, da produção humana, e do próprio ser, biológica e culturalmente compreendido.

Desse modo, o ensino formal mantém sua relevância para a formação cidadã de qualquer indivíduo, pois permite que ele possa se inserir e integrar nesta sociedade, marcada pela ciência e tecnologia. Sobretudo,

é por essa razão que o ensino de Ciências é uma disciplina obrigatória, em todos os documentos que regem a educação básica.

O ensino no sistema prisional é ofertado na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) tanto na educação de adultos, como no cumprimento de medidas socioeducativas por jovens e adolescentes. A população carcerária, incluída na modalidade da EJA, será o foco desta pesquisa, a qual se propõe a explorar as práticas e desafios no ensino de Ciências dentro dos estabelecimentos prisionais, do Distrito Federal. A análise de documentos de políticas e programas educacionais direcionados à atuação docente em prisões do Distrito Federal será fundamental para a compreensão dos principais eixos e fundamentos educacionais que norteiam esse público.

Dado que o ensino dentro desses ambientes é, por vezes, negligenciado, este trabalho busca expandir o campo de estudos sobre o tema, por meio de uma pesquisa bibliográfica. Assim, analisa-se esta temática com pesquisadores que trabalharam e investigaram os principais problemas, práticas, métodos, desafios, metodologias e possibilidades enfrentados por educadores no ensino de Ciências em estabelecimentos prisionais do Distrito Federal. De acordo com Costa e Massena (2022), a formação docente para o atendimento a adultos em restrição de liberdade, sobretudo no ensino de Ciências, carece de discussões sobre o tema, apresentando uma escassez de pesquisas na área. As autoras sustentam ainda, que durante a formação inicial e continuada de professores no ensino de Ciências, é impreterível a realização de uma análise das metodologias educacionais empregadas nessas instituições, para que diferentes táticas possam ser organizadas visando sanar os obstáculos encontrados dentro desse contexto. Como o ensino de Ciências fornece aos sujeitos um embasamento para a compreensão do mundo e das tecnologias, dentro do sistema prisional sua relevância não pode ser diminuída. Nesse sentido, a alfabetização científica, também denominada letramento científico, pode ser definida como uma reflexão “do pensamento crítico das pessoas em relação ao entendimento sobre o domínio básico das ciências e sua utilização” (Costa; Ribeiro; Zompero, 2015, p. 528). Assim, dentre os objetivos do ensino de Ciências está a formação humana, capacitando os sujeitos a participar ativamente em debates e contribuir para a tomada de decisões significativas na comunidade.

Sob essa perspectiva, o ensino de Ciências atua como um elemento essencial para além da formação científica de detentos, representando um importante fundamento para o desenvolvimento da cidadania, viabilizando aos reclusos e egressos do sistema prisional uma oportunidade de vivenciar uma educação transformadora, a qual pode se tornar um fator eficaz na quebra do ciclo da reincidência criminal, e ser promotora de uma

reintegração mais eficiente. Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar as práticas e os desafios do ensino de Ciências em ambientes prisionais no Distrito Federal, a partir da literatura acadêmica e de documentos de políticas públicas relacionados ao tema. Este estudo, portanto, afirma sua relevância ao investigar e buscar compreender a realidade do ensino de Ciências nesses estabelecimentos, conhecendo seus desafios, limitações, práticas e métodos. Essa compreensão tem o potencial de contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas à melhoria na educação de reclusos e egressos, possibilitando a essas pessoas um aprimoramento na qualidade educacional oferecida nestes estabelecimentos. Portanto, este artigo analisa as práticas e desafios no ensino de ciências em ambientes prisionais no Distrito Federal, reconhecendo a importância das publicações e dos periódicos científicos como mais uma ferramenta para a promoção do letramento científico, podendo reverberar na reintegração social dos indivíduos.

Revisão de literatura

A população prisional está, indiscutivelmente, apartada da sociedade civil no que compete às políticas públicas e aos programas de inclusão social que visam efetivar as garantias fundamentais. Entre os direitos fundamentais preconizados, a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, tendo entre as suas finalidades o preparo do cidadão para o exercício da cidadania¹ (Brasil, 1988). Não obstante, a Lei de Execução Penal prevê, em seu artigo 18-A, e §2º, a implementação da educação intramuros em obediência à universalização constitucional da educação² (Brasil, 1984). Visando assegurar o princípio da equidade no sistema de Educação, surge a Educação de Jovens e Adultos, sendo uma modalidade de ensino que contempla inteiramente as etapas de Educação Básica destinada a jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso e contiguidade nos estudos em idade regular. Paulo Freire, referência entre os maiores pedagogos do mundo, foi basilar no caminho percorrido até a criação do EJA, despertando interesse pela alfabetização de adultos no Brasil após um intenso período de críticas quanto às formas anteriormente adotadas. Com visão revolucionária, a proposta de alfabetização de Paulo Freire gera pressão no Governo Federal por parte dos educadores, resultando na aprovação do Plano de Alfabetização, em 1964, que se espalhou por todo o país (Bernardo, 2010).

Compreendendo a história, pretende-se uma justificação lógica na essencialidade da educação básica para a população carcerária. Segundo Costa e Massena (2022), é inegável a funcionalidade da escola no espaço prisional, devendo o ensino para presos não somente

objetivar o curso para certificação, mas para além da objetividade, desenvolver o pleno potencial humano dos presos e encarcerados. Contudo, apesar de convincente a importância da educação prisional para fins de formação didática e cidadã, sua efetivação é escassa e invisibilizada (Costa; Massena, 2022).

Ainda no que concerne à invisibilidade, as autoras Graciano e Schilling (2008) sustentam a evidência de tal fator na literalidade da lei: a educação escolar nos presídios não constitui modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), ou seja, presume-se que a educação prisional se insere na EJA. Ocorre, na realidade, a negligência das autoridades quando da efetivação na educação penitenciária, fazendo com que nem mesmo as ações educativas reservadas à população jovem e adulta cheguem aos presídios (Graciano; Schilling, 2008). Infere-se de tais constatações que, não bastando a presunção de modalidade de ensino ser meio insuficiente para garantir sua efetivação, ainda há outro obstáculo: a precariedade de investimentos por parte do governo com a educação intramuros.

O artigo *A educação no sistema prisional do Distrito Federal: o olhar para além das grades* (2022) de Vanessa F. Bomfim, ainda que não aborde especificamente o problema educacional, enriquece a pesquisa ao mostrar que o sistema prisional brasileiro foi estruturado sem considerar as condições básicas necessárias para a execução da pena de reclusos. Nesse contexto, a autora destaca que as penitenciárias, ao desconsiderar tais condições, têm se tornado ambientes desordenados, que ferem sobretudo os direitos básicos universais. Para o problema desta pesquisa, o artigo de Bomfim ajuda a compreender a realidade do sistema prisional, e a necessidade e a carência de um sistema educacional sólido e digno dentro desses contextos.

Além da exclusão de direitos, referente às garantias fundamentais, e as condições precárias de infraestrutura, outra barreira encontrada na efetivação do ensino prisional é a assiduidade nas aulas por parte do público-alvo. Não obstante o número elevado de faltas, especialmente por atendimento de demandas judiciais, médicas, sociais e trabalhistas, quando há a opção entre o trabalho e o estudo, a opção prioritária é o trabalho, especialmente pela remuneração ofertada. Há, ainda, o impasse em relação ao comprometimento das aulas, visto que a própria condição de aprisionamento inviabiliza o acesso à escola e aos recursos e atividades, considerando a manutenção da ordem e segurança como fundamento prioritário. A rotatividade também apresenta grande contratempo no cumprimento curricular do ensino prisional, as classes são heterogêneas, misturando alunos com diversos graus de instrução diferentes (Costa; Massena, 2022).

Metodologia

A metodologia deste trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental, buscando compreender o tema por meio da investigação. A abordagem metodológica foi delineada por meio da busca e seleção de textos que contribuíssem para o objetivo da pesquisa. Posteriormente à seleção, procedeu-se a leitura, fichamento e discussão de textos acadêmicos que embasam as discussões, buscando compreender o tema por meio dessa investigação. Esse percurso buscou não somente expandir um campo de estudo específico – o ensino de Ciências em estabelecimentos prisionais – mas também reafirmar a essencialidade do conhecimento científico para todos os indivíduos, independentemente das circunstâncias.

A pesquisa bibliográfica é uma metodologia que contribui para a funcionalidade das outras metodologias investigativas, pois a partir da ampliação da problemática e condução da investigação, é construído o objeto pesquisado em completude. Enquanto a pesquisa bibliográfica caracteriza-se como toda a extensão da pesquisa, envolvendo organização, interpretação, compreensão e sistematização do objeto de estudo, a revisão da literatura apresenta-se apenas como fase da pesquisa bibliográfica, servindo para elucidação de informações e constatação de conhecimentos. Desse modo, o levantamento de obras publicadas constitui-se como um fator fundamental na pesquisa, sendo impreterível para a produção de um trabalho científico bem embasado teoricamente e de excelência (Sousa; Oliveira; Alves, 2021). Não podendo ser equiparados, pois quanto à finalidade, a pesquisa bibliográfica determina sua investigação à solução de um problema específico, já a revisão de literatura tem como propósito o enriquecimento teórico ou metodológico para a continuidade do trabalho.

Para a busca, foram realizadas pesquisas nas bases de dados *Google Scholar*, *SciELO*, plataforma Sucupira e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, devido à relevância, confiabilidade e vasto conteúdo. As palavras-chave utilizadas foram: “ensino de Ciências”, “ambientes prisionais”, “EJA” e “Educação de Jovens e Adultos”, com recorte geográfico no Distrito Federal. As palavras-chave foram combinadas para a busca e resultaram em aproximadamente 15 mil teses e dissertações, abrangendo o período de 2008 a 2023, com preferência para artigos e teses mais atuais. A escolha do ano de 2008 como corte justifica-se pela necessidade de analisar a evolução recente da educação prisional. Para evitar duplicidade, consideramos que teses e dissertações podem ser divulgadas posteriormente como artigos.

Para a seleção de textos, foram descartados tacitamente os que abordaram o ensino de outras matérias, como Matemática, Filosofia, Física, Língua Portuguesa e outros. Mesmo considerando que o ensino de ciências,

especificamente as biológicas e sociais, tende a atingir diretamente a formação cidadã a partir da compreensão de mundo e a maneira de se portar socialmente, este descarte foi necessário, tendo em vista a priorização temática no ensino de Ciências e Biologia no Distrito Federal. Foram selecionados artigos e teses que abordassem a educação em ambientes prisionais, excluindo aqueles focados em ciências exatas, como Física e Química, Matemática e Língua Portuguesa, além de trabalhos relacionados ao curso de Direito e Criminologia.

Uma vez com o recorte estabelecido, os textos foram lidos e aqueles que apresentavam considerações mais contundentes – abordando, por exemplo, a metodologia em sala de aula de maneira mais aprofundada, ou citando documentos relevantes, mostrando rigor acadêmico — foram fichados, sendo selecionado, de cada um desses artigos, trechos e citações relevantes para a pesquisa, bem como contribuições teóricas para a discussão. Portanto, a metodologia do trabalho foi formulada por meio de seleção, leitura e discussão de textos acadêmicos que embasam esta pesquisa.

Além dos artigos mencionados, foram analisados os seguintes documentos: BNCC; Plano Distrital de Educação (PDE); Plano Distrital de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional; Projeto LER LIBERTA - Remição de Pena pela Leitura (TJDFT, s.d), e RELIPEN - Relatório de Informações Penais. A seleção e análise desses documentos são de extrema importância para o objetivo da pesquisa, pois fornecem informações precisas e contundentes sobre a educação prisional tanto no cenário nacional, como no Distrito Federal, foco geográfico desta pesquisa. Desta forma, pode ser traçado, em conjunto com os artigos, os resultados práticos acerca das dificuldades encontradas na efetivação do ensino prisional.

Tendo em vista o foco social e o método de pesquisa qualitativa utilizados neste trabalho, os dados a serem obtidos através da análise bibliográfica e estudo de documentos tendem a estar limitados à esfera social e subjetiva. Apesar da possibilidade de serem citados números, de modo a quantificar ou determinar provável estatística, o que se pretende são as respostas aos questionamentos presentes no título desta pesquisa: como ocorre o ensino prisional na prática do Distrito Federal? Quais são os desafios na efetividade do ensino de Ciências no ambiente prisional do Distrito Federal? Quais estratégias, recursos e modalidades didáticas no contexto do ensino de Ciências têm sido empregadas em ambientes prisionais do Distrito Federal?

Portanto, todos os questionamentos acerca da quantidade de alunos no ensino prisional do Distrito Federal, na forma que é proposto o ensino de Ciências e Biologia intramuros, e principalmente nos que concerne aos desafios e barreiras que impedem o ensino prisional efetivo e sólido, são dados a serem obtidos como resposta nesse trabalho.

Resultados e discussão

Verificou-se um número considerável de textos discutindo o tema da educação no sistema prisional, aproximadamente 2.880 trabalhos, e valiosas contribuições foram extraídas das teses e dissertações que foram selecionados, exatamente 10, promovendo, assim, um enriquecimento da discussão. Para a melhor compreensão do tema, foi realizado pela própria autora um cruzamento de informações e construção dos tópicos. Os textos selecionados foram organizados conforme o Quadro 1, organização que divide os artigos em: temática do objeto central e recorte geográfico, em que se separa os artigos em ensino de Ciências e Biologia no Distrito Federal, o ensino prisional em penitenciárias do Distrito Federal, e ensino prisional no Brasil, título da pesquisa, autor, ano, e fonte de extração do texto.

A dissertação de mestrado de Gislaine Cardoso Claudio, intitulada *O ensino de Ciências no contexto da medida socioeducativa de educação* (2015), defendida dentro do programa de pós-graduação em Ensino de Ciências da Universidade de Brasília, aborda de maneira mais direta o problema desta pesquisa. A dissertação tem um enfoque específico com adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, reclusos em uma Unidade de Internação do Distrito Federal, e foca especificamente no ensino de Ciências para esses adolescentes.

A pesquisa que se desenvolve aqui, entretanto, tem uma perspectiva diferente, pois pretende discutir o ensino de Ciências e Biologia para a EJA (Educação de Jovens e Adultos) do sistema prisional, isto é, aos adultos encarcerados, e não aos adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. Contudo, o trabalho de Claudio (2015), ao explorar as possibilidades e metodologias do ensino de Ciências, em um contexto prisional, tem relevância ímpar nesta pesquisa, pois são justamente estas questões – suas limitações e possibilidades – que mobilizam este trabalho.

Claudio (2015) afirma que, considerando a educação não somente como direito, mas também como essencial ao desenvolvimento, faz-se necessária a adaptação do ensino de Ciências conforme as limitações do sistema prisional. A autora destaca essas limitações, sendo elas: segurança, poucos recursos pedagógicos, sem perder de vistas o potencial que ele tem para o desenvolvimento do raciocínio científico e do pensamento e posicionamento críticos desses adolescentes (Claudio, 2015).

Com sua pesquisa, a autora chega a um resultado satisfatório diante de toda a escassez encontrada no sistema educacional prisional, concluindo que aulas mediadas por experiências inusitadas e atitudes provocadoras por parte dos professores tornam o processo de ensino-aprendizagem de Ciências mais significativo, podendo se utilizar de jogos educativos, filmes e também

Quadro 1 - Textos selecionados para a pesquisa

TEMÁTICA CENTRAL	TÍTULO	AUTOR	ANO	FORNE
O ensino de ciências/biologia em penitenciárias do Distrito Federal	O ensino de Ciências no contexto da medida socioeducativa de internação	CLAUDIO, Gislaine Cardoso	2015	Google Scholar
	Ensino de biologia na Educação Prisional e a exibição de documentário, filme de curta e longa metragem	CAVALCANTE, Elisângela Caldas Braga; GASTAL, Maria Luiza de Araújo	2011	Google Scholar
	Cinema na cela de aula: o uso de filmes no Ensino de Biologia para a EJA prisional	CAVALCANTE, Elisângela Caldas Braga	2011	Google Scholar
O ensino em penitenciárias do Distrito Federal	A educação no sistema prisional do Distrito Federal: o olhar para além das grades	BOMFIM, Vanessa Martins Farias Alves	2022	Google Scholar
	O Professor da Papuda a Motivação Para o Ensino Prisional no DF	AGUIAR, Andressa Larissa de Araujo	2015	Google Scholar
O ensino em penitenciárias do Brasil	Uma revisão sobre a educação prisional no Brasil: o que (não) há sobre o ensino de Ciências	COSTA, Joilma Cordeiro; MASSENA, Elisa Prestes	2022	Google Scholar
	O pensamento de Paulo Freire e a educação no contexto prisional: ressocialização com emancipação	HONORATO, Hercules Guimarães	2022	Google Scholar
	A Experiência de alunos universitários voluntários em um Projeto de Educação de Jovens e Adultos presos	BERNARDO, Renato	2018	Google Scholar
	A educação na prisão: hesitações, limites e possibilidades	GRACIANO, Mariângela SCHILLING, Flávia	2008	Google Scholar
Ensino de Ciências	Alfabetização Científica: diferentes abordagens e alguns direcionamentos para o Ensino de Ciências	COSTA, Washington Luiz da. RIBEIRO, Robson Fleming; ZOMPERO, Andreia de Freitas	2015	Google Scholar

Fonte: Elaborado pelos autores.

indagações acerca das questões sociais vividas cotidianamente pelos adolescentes em medidas socioeducativas de internação e suas famílias.

Neste contexto, emerge a necessidade de tornar a EJA prisional compreensível mediante didáticas diversas que permitam o ensino de Ciências com diversos meios que estão disponíveis. Cavalcante (2011), em sua pesquisa denominada *Cinema na cela de aula: o uso de filmes no Ensino de Biologia para a EJA prisional*, ressalta a relevância do cinema como forma didática de aprendizagem que convida o encarcerado a “sair” da prisão, esquecendo, mesmo que por breves momentos, o ambiente em que vive a partir do envolvimento com outra história (Cavalcante, 2011, p. 35).

A relevância do cinema como ferramenta didática reside na capacidade de transportar o aprendiz para além das grades da prisão, proporcionando uma temporária fuga do ambiente carcerário. Essa experiência de imersão em outras narrativas oferece uma oportunidade única para os educandos expandirem sua compreensão do mundo, explorando contextos e perspectivas que podem estar distantes de sua realidade imediata.

Os estímulos visuais, ao serem integrados ao ensino de Ciências/Biologia, não apenas tornam o processo educacional mais envolvente, mas também facilitam o entendimento de conceitos complexos. A visualização de fenômenos biológicos, processos celulares e interações entre organismos por meio de recursos visuais, como filmes, proporciona uma compreensão mais concreta e palpável dos temas abordados. Além disso, essa abordagem pedagógica oferece uma oportunidade valiosa para explorar interdisciplinarmente, conectando os princípios biológicos a outras áreas do conhecimento, como história, ética e sociologia.

Ao proporcionar uma experiência educacional mais rica e contextualizada, os estímulos visuais não apenas facilitam a assimilação de conteúdos biológicos, mas também promovem a formação de uma visão mais abrangente e integrada do mundo. Dessa forma, a utilização do cinema e de estímulos visuais no ensino de Ciências/Biologia no contexto prisional não apenas transcende as limitações físicas impostas pelas paredes da prisão, mas também amplia as fronteiras do conhecimento, empoderando os educandos a explorar diversas áreas e enriquecer seu entendimento sobre a complexidade da vida e do ambiente que os cerca.

As pesquisas relacionadas ao uso de filmes são mais frequentes. Elisângela Cavalcante e Maria Luiza de Araújo Gastal, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Universidade de Brasília e com o Instituto de Ciências Biológicas, da mesma Universidade, investigam o incentivo do diálogo em aulas de Ciências e Biologia através da exibição de filmes de curta e longa-metragem, e de documentários.

A pesquisadora, por método qualitativo, atua como observadora participante, e constata que o cinema pode ser uma ponte entre a escola e a vida cotidiana, favorecendo o aprendizado por estimular o interesse e o diálogo (Cavalcante; Gastal, 2011, p. 3).

É inegável a extrema importância do ensino de Ciências e Biologia para a formação cidadã, especialmente no contexto de ressocialização. No Distrito Federal, em que o cenário, apesar das pequenas evoluções, ainda é precário, demonstra disposição em encontrar maneiras variadas de colocar o ensino de Ciências em prática. Se de um lado os problemas encontrados são a desumanização, condições precárias, baixa assiduidade e turmas heterogêneas que dificultam o aprendizado, a utilização de filmes de curta e longa-metragem apresenta-se como uma solução frutífera, firmando um importante passo numa jornada que ainda há muito o que se fazer, quando o assunto é progresso.

Ao empregar estratégias como o uso de filmes e recursos visuais, as instituições educacionais e os profissionais envolvidos demonstram um compromisso real com a transformação e a ressocialização dos indivíduos privados de liberdade. A utilização de filmes não se limita a fornecer conhecimento científico, mas também abre portas para a compreensão de questões éticas, sociais e ambientais, contribuindo assim para uma formação cidadã mais abrangente.

Entretanto, é fundamental reconhecer que esse é apenas um dos muitos passos necessários. A busca por progresso deve abranger também a resolução de questões estruturais, como a melhoria das condições prisionais, o aumento do acesso a recursos educacionais e a promoção de políticas públicas eficazes nesse âmbito. Dessa forma, ao unir esforços e continuar explorando abordagens criativas, é possível enfrentar os desafios presentes no ensino de Ciências no contexto prisional, almejando uma sociedade mais justa e inclusiva.

A estratégia de dividir os textos em temáticas demonstrou ser um elemento essencial para a estruturação e desenvolvimento do presente trabalho. Essa abordagem metodológica permitiu uma análise mais aprofundada e organizada do ensino prisional no Brasil, estabelecendo uma hierarquia de compreensão que se inicia no contexto nacional e se desdobra até as nuances específicas do Distrito Federal e seu ensino de Ciências e Biologia.

Ao iniciar a análise pelo panorama nacional, foi possível obter uma visão abrangente dos desafios, políticas e práticas relacionadas ao ensino em ambientes prisionais em todo o país. A divisão em temáticas proporcionou uma imersão progressiva nos diversos aspectos que permeiam a educação dentro do sistema penitenciário, desde as políticas federais até as experiências práticas vivenciadas no Distrito Federal. Outro benefício significativo desta divisão foi a facilidade de estabelecer

conexões entre os textos selecionados e os documentos oficiais examinados. Essa integração permitiu uma abordagem mais eficaz, combinando a profundidade das pesquisas acadêmicas com a solidez dos dados governamentais. A análise minuciosa dos documentos oficiais pôde ser realizada de forma mais eficaz, contextualizando as descobertas dos textos selecionados com as metas e diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes.

Os documentos utilizados na pesquisa para o cruzamento de informações e obtenção de dados foram organizados conforme o Quadro 2. A organização foi pautada em: abrangência, documento e ano.

Dentre os documentos analisados para a elaboração desta pesquisa, o mais relevante é o Plano Distrital de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Distrito Federal (Distrito Federal, 2021). Esse documento trata das principais metas, diretrizes, estratégias e ações com enfoque no ensino prisional. Por exemplo, o documento traz dados importantes no que se refere à escolaridade de cada detento, o perfil educacional de cada um, dados sobre a infraestrutura de cada estabelecimento prisional e, em suma, um diagnóstico da situação educacional dos presídios. Esses dados são fundamentais para entender os desafios do ensino de Ciências nesses estabelecimentos. No que tange à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e ao Currículo em Movimento do Distrito Federal – Pressupostos Teóricos e Educação de Jovens e Adultos (EJA), verificou-se, por exemplo, que não há, nos currículos oficiais, um eixo específico para a educação prisional. Entretanto, as considerações a respeito do ensino de Ciências, de Biologia, bem como a respeito dos direitos fundamentais na educação, presentes nesses documentos, são explorados nesta pesquisa.

Quadro 2 – Documentos utilizados na pesquisa

ABRANGÊNCIA	DOCUMENTO	ANO
Nacional	Relatório de Informações Penais	2023
	Base Nacional Comum Curricular	2018
	Projeto de Leitura “LER, LIBERTA”	2018
Estadual	Plano Distrital de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional	2021 - 2024
	Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação de Jovens e Adultos	2017
	Plano Distrital de Educação	2015
	Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos	2014

Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENNAPEN), o Sistema Penitenciário do Distrito Federal abriga uma população carcerária de 15.363 detentos. Sua formação é composta por sete unidades prisionais, e embora a educação básica seja oferecida pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) em seis das sete unidades, aproximadamente 7.581 reclusos apresentam ensino fundamental incompleto, conforme dados do atual Plano Distrital de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Distrito Federal, em vigor até 2024. Entretanto, há uma disparidade na relação entre a demanda e oferta. Por exemplo, há uma cobertura de somente 8,55% da relação total da demanda para o ensino fundamental. Extrai-se desse documento o Quadro 3 - Diagnóstico da educação no Sistema Prisional do Distrito Federal, que mostra ainda o perfil pedagógico da população carcerária do Distrito Federal.

Quadro 3 - Diagnóstico da educação no Sistema Prisional do Distrito Federal

Nome da Unidade Prisional (informar todas as unidades do Estado)	Escolaridade - Qtd. Pessoas com ensino fundamental incompleto	Escolaridade - Qtd. Pessoas com ensino fundamental completo	Escolaridade - Qtd. Pessoas com ensino médio incompleto	Escolaridade - Qtd. Pessoas com ensino médio completo	Escolaridade - Qtd. Pessoas com ensino superior incompleto	Escolaridade - Qtd. Pessoas com ensino superior completo	Há oferta de EJA integrada ao ensino técnico? (sim ou não)
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA I - CDP I	7.581	1.513	2.241	1.408	1.107	128	NÃO
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II - CDP II							
CENTRO DE INTERNAMENTO E REEDUCAÇÃO - CIR							
CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA - CPP							
PENITENCIÁRIA I DO DF - PDF I							
PENITENCIÁRIA II DO DF - PDF II							
PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL - PFDF							
TOTAL							

Fonte: Plano Distrital de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Distrito Federal (Distrito Federal, 2021, p. 63).

Quadro 4 - Diagnóstico da educação no Sistema Prisional do Distrito Federal: estrutura

Nome da Unidade Prisional (informar todas as unidades do Estado)	Qtd. Salas de aula	Qtd. Bibliotecas	Qtd. Salas de leitura	Qtd. Espaços multiuso utilizados para atividades educacionais	Qtd. Espaços de audiovisual	Qtd. Laboratórios de informática
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA I - CDP I	4	1	0	1	0	0
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II - CDP II	0	0	0	0	0	0
CENTRO DE INTERNAMENTO E REEDUCAÇÃO - CIR	7	1	0	1	0	2
CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA - CPP	6	1	0	1	0	0
PENITENCIÁRIA I DO DF - PDF I	13	2	0	1	0	1
PENITENCIÁRIA II DO DF - PDF II	13	1	0	0	0	0
PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL - PPDF	12	1	0	2	0	0
TOTAL	55	7	0	6	0	3

Fonte: Plano Distrital de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Distrito Federal (Distrito Federal, 2021, p. 64).

O Quadro 3 evidencia a heterogeneidade do perfil dos educandos do sistema prisional, apresentado nos textos de referência e confirmado nos documentos oficiais. Percebe-se que a maioria dos presos possui apenas o ensino fundamental incompleto. A segunda maior porcentagem é de pessoas com o ensino médio incompleto, ou seja, quando há a conclusão do fundamental, porém não do médio.

O número de presos com o ensino fundamental completo e com ensino médio completo é bastante aproximado, chegando na mesma casa milenar também os que iniciaram o ensino superior. Entende-se que o ensino em sua modalidade formal não teria aproveitamento máximo tendo em vista as limitações educacionais de cada educando pelas diferenças de níveis completos da educação básica. Os textos utilizados no referencial teórico demonstram que quando há a utilização de estratégias para um ensino não formal, há interesse e assiduidade; e o contrário ocorre na tentativa do ensino formal: ausência nas aulas e descontinuidade nos estudos.

Apesar de poucos estudos abordarem especificamente o ensino de Ciências — dificultando, assim, o recorte proposto por este trabalho, — esta seção pretende analisar os textos encontrados com temáticas voltadas para abordagem do ensino de Ciências no ambiente prisional. O artigo *Ensino de Biologia na Educação Prisional e a exibição de documentário, filme de curta e longa-metragem* (2011) de Elizângela Cavalcante e Maria Gastal discute a exibição de filmes com temáticas ligadas ao ensino de Ciências/Biologia para estudantes do sistema prisional.

Elizângela Cavalcante explora o recurso do audiovisual como possibilidade de aprofundamento teórico e recurso metodológico nas aulas de Ciências/Biologia

dentro do sistema prisional. São desafios e possibilidades que autores e professores encontram para contornar problemas e percalços dentro desse contexto de ensino, levando em conta as limitações e a ausência de parâmetros curriculares mais consistentes em torno do tema, se mostrando também como meios de enriquecimento e fomento das aulas.

Ocorre que, se por um lado as pesquisas mostram a importância do estímulo audiovisual para o ensino de ciências no ensino prisional, na prática, este método é inviabilizado pela ausência de infraestrutura. Como mostra o diagnóstico da educação prisional, contido no Plano Distrital de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema prisional do Distrito Federal (Distrito Federal, 2021), não há espaço para exploração dos recursos audiovisuais em nenhuma das unidades prisionais do Distrito, como evidencia o Quadro 4 - Diagnóstico da educação no Sistema Prisional do Distrito Federal - Estrutura, também extraído do Plano Distrital de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Distrito Federal (Distrito Federal, 2021).

E se não há a utilização dos recursos que trariam resultados eficazes no ensino de ciências intramuros, como é feito esse ensino? Não há na BNCC, e no Currículo em Movimento do Distrito Federal, categorias específicas que abordem o ensino prisional. No entanto, a BNCC reconhece a importância da ciência na formação cidadã, pois afirma em outras palavras, que aprender ciência não é a finalidade última do letramento, mas, sim o desenvolvimento da capacidade de atuação no e sobre o mundo, importante ao exercício pleno da cidadania.

Se o próprio documento curricular traz a importância do ensino de ciências para atuação no mundo e exercício da cidadania, e não traz um eixo específico prevendo este ensino nas penitenciárias, fica evidente o reflexo dos desafios enfrentados pelo sistema prisional no Brasil: a inviabilização. Não se olha para o sistema prisional brasileiro, não se reconhece a importância de que as pessoas presas e egressas tenham o pleno acesso ao ensino para compreenderem sua atuação no mundo e serem ressocializadas. O resultado desta invisibilidade é o contrário à reinserção: o encarceramento em massa, a autodeterminação do preso enquanto sujeito não detentor de direitos. Se afasta o ensino, a família, os direitos sociais, de modo que este afastamento permita o conhecimento traumático de quando se adentra ao sistema prisional, sem vislumbrar saída digna. A realidade do sistema prisional é reflexo da negligência educacional, pois à medida em que não se observam diretrizes claras para um ensino comprometido com a formação cidadã dessas pessoas, tornam cada vez mais distante a possibilidade de uma ressocialização como um processo bem-sucedido.

Cumprir ressaltar o número reduzido de políticas públicas em apoio aos docentes que atuam no sistema prisional. O artigo *O professor da Papuda: a motivação para o ensino prisional no DF* aborda as dificuldades vivenciadas pelos professores do sistema prisional. A maior ambição dos educadores é ver o educando ressocializado, sendo invadidos pela sensação de sucesso ao se deparar com um ex-aluno pelas ruas sem cogitar retornar ao crime. Porém, se deparam diariamente com limitações nas salas de aula e com recursos didáticos e discríção para entrar e sair do ambiente prisional.

Ao contrário do que sugere o título “Educação em Sistemas Prisionais no Brasil”, primeiro tópico do referencial teórico deste trabalho, pela perspectiva de existência da educação prisional no Brasil, constata-se que o ensino básico nas penitenciárias é insuficiente, invisibilizado e negligenciado. Pretende-se a sintetização das análises bibliográficas utilizadas nessa pesquisa neste tópico, sendo resumidas nas dificuldades encontradas na viabilização de promoção do ensino básico de qualidade, quais sejam: a negligência do Estado, a ausência de estrutura básica, o conflito de competência.

Apesar da invisibilidade, buscam-se estratégias de desenvolvimento do indivíduo através da ciência e da alfabetização científica que possam ir além da transmissão de conhecimento pela relação professor-aluno. Os textos *Cinema na cela de aula: o uso de filmes no ensino de biologia no EJA prisional* e *Ensino de Biologia na Educação Prisional e a exibição de documentário, filme de curta e longa metragem*, de Elizangela Cavalcante (2011) exploram o uso da cinematografia como forma de ensino de Ciências que possam levar à ressocialização do indivíduo através da conexão com o mundo por

trás das grades. O resultado do uso de cinematografia e literatura são satisfatórios. Os textos mencionados relatam o fascínio e atenção dos alunos da EJA prisional por filmes, bem como o interesse pelas discussões advindas do ensino estratégico.

Considerado tanto no âmbito nacional, como no Distrito Federal, o Projeto *Ler Liberta* estabelece a remição da pena do preso pela leitura. No programa, a remição é realizada a partir da leitura de obras literárias, no qual a cada obra lida, 4 dias de pena são abatidos, tendo como limite anual a leitura de 12 obras e remição de até 48 dias da pena. Segundo dados do Plano Distrital de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Distrito Federal (Distrito Federal, 2021), atualmente 518 pessoas estão envolvidas no programa de remição pela leitura.

Entende-se, de tais pesquisas voltadas para o uso da cinematografia como meio de ensino, e sobre o projeto literário desenvolvido nesses espaços, que a capacidade de aprendizagem da pessoa privada de liberdade possa estar conectada com vivências exteriores. De modo que, por mais que o corpo físico esteja em situação de privação, a mente pode ser capaz de ultrapassar os muros, sendo acessível à compreensão das informações “fora” de um ambiente com raízes na exclusão social. Porém, é preciso ir além das raízes da desumanização que assola todo o sistema prisional, incentivando o desenvolvimento do encarcerado através de sua autoestima e conhecimento sobre si e sobre a sociedade, para que o objetivo de ressocialização não tenha como resultado a reincidência.

Constata-se, nos documentos analisados, que, não obstante serem mínimas as metas e estratégias para garantia do ensino prisional, a realidade fática não condiz com o que é traçado em lei. Por exemplo, enquanto o Plano Distrital de Educação (PDE), de 2015, estabelece, em sua meta 10, a garantia do acesso dos estudantes em cumprimento de medida judicial de privação de liberdade às bibliotecas, bem como a ampliação e a atualização de seus acervos, priorizando os livros paradidáticos e materiais de pesquisa, verifica-se, no estudo bibliográfico, que estes direitos, ao adentrarem na realidade fática, esbarram na ausência de materiais, salas de aula, profissionais capacitados e financiamentos (Costa; Massena, 2022, p. 12). O que se apresenta como um contraponto, visto que, mesmo diante do interesse de alunos pela leitura e o estímulo de projetos como o *Ler, Liberta*, os investimentos em acervos e bibliotecas ainda são escassos.

Interpreta-se, do estudo dos textos utilizados nesta pesquisa e da análise de documentos oficiais, que não somente a lei é omissa em prever formas claras de execução de atividades que levem o ensino à prisão, como também toda a tentativa de particulares na garantia do direito à educação intramuros é impedida ou dificultada pelas mazelas que invadem todo o sistema prisional. A

lista de barreiras é infindável, mas cita-se, reiteradamente, a negligência da Administração Pública, o preconceito da sociedade, a ausência de estrutura básica, a omissão na luta pela ressocialização.

Comparando este trabalho com produções da mesma temática, como a dissertação *O ensino de ciências no contexto da medida socioeducativa de internação*, de Gislaine Cardoso Claudio, e *O professor da Papuda: a motivação para o ensino prisional no DF*, de Andressa Larissa de Araujo Aguiar, constata-se que os resultados não são destoantes. Se há anos chama atenção a precariedade prisional em todos os aspectos fartos da sociedade civil, é válido afirmar que a educação prisional precisa ser vista, valorizada, incentivada; e que, se há evolução, seus passos são lentos. Este trabalho objetivou não somente compreender os desafios da efetivação de direitos fundamentais, dificuldades conhecidas por grande parte da população, mas também avaliar as estratégias para contorno de tais empecilhos para um ensino de Ciências fecundo, transformador, e comprometido com a educação para a cidadania.

Educação em ciências e cidadania: um pilar para a reinserção

Envolvendo a compreensão tanto de vocabulários como de conceitos de ciência, tecnologia, e seus encaixamentos na sociedade, a alfabetização científica visa à formação de pessoas para a compreensão e modificação no ambiente em que vivem (Costa; Ribeiro; Zompero, 2015, p. 532). O ensino de Ciências desempenha um papel fundamental para a compreensão do ser humano em sociedade, sendo também imprescindível para o entendimento de si e do mundo. Conhecimentos tecnológicos, do funcionamento do próprio corpo, da natureza, de questões ecológicas, muito se passa pelo conhecimento científico. Como componente multidisciplinar, ele contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico dos indivíduos.

Para ser possível questionar conhecimentos científicos e tecnológicos, faz-se necessário possuir noções de conhecimento de diferentes áreas, seja do campo científico, político ou cultural. Se o conhecimento de Ciências é tão fundamental para os sujeitos em sociedade, ele precisa estar presente em estabelecimentos prisionais. Dessa forma, ele não pode se limitar à transmissão do conhecimento, mas deve apresentar-se como uma estratégia para o desenvolvimento humano. Segundo Martins e Vilanova (2008), após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases no ano de 1996, ainda em vigor, o ensino de Ciências assumiu uma posição direcionada à formação cidadã e à promoção de atividades com implicação social. Assim sendo, este ensino deve ter a função de conectar detentos ao mundo exterior, articulando a cidadania, a

reintegração e a prevenção de reincidência, não podendo ser desconectado de seu meio. Ao mesmo tempo, atesta a essencialidade da educação, especialmente em um ambiente tão singular e desafiador.

Segundo Honorato (2022), a vivência nos presídios vai ao encontro da exclusão em todos os níveis: exclusão escolar, do trabalho, de integração social, de laços familiares e de relacionamentos. O autor cita o pensamento de Thompson, argumentando que uma característica marcante das penitenciárias é a tentativa de criação e manutenção de um coletivo humano submetido ao sistema totalitário. Assim, Hercules Honorato apresenta uma orientação para o alcance da ressocialização:

O melhor caminho a ser trilhado pelo apenado para a reconstrução da sua identidade, e para resgatar a cidadania perdida depende de políticas públicas que tornem a prisão um lugar não necessariamente doloroso, mas um espaço sem barreiras para o exercício de direitos e deveres (Honorato, 2022, p. 41).

Avaliando o contexto e requisitos para reinserção do preso à sociedade, aliado à finalidade da Alfabetização Científica, percebe-se o ensino de Ciências como importante para a reintegração social. Como citado anteriormente, a alfabetização científica apresenta três componentes: a autonomia do indivíduo, a comunicação com os demais e seu desempenho no ambiente em que vive (Fourez, 1997). Extraordinariamente, o caminho para a ressocialização efetiva do preso passa obrigatoriamente pelo processo de sua emancipação, transformação e retorno de sua humanização (Honorato, 2022, p. 44). A associação faz-se coesa quando perceptível as semelhanças de seus aspectos, a autonomia e emancipação como aspecto do indivíduo; a comunicação e transformação como componente social, refletindo a capacidade do ser humano de ser moldado a partir das suas relações e meios de convivência; e por fim, o manejo do ambiente e o retorno de sua humanização como sustentáculo para o exercício da cidadania, refletindo um comportamento humano aceito socialmente.

Ao atrelar a formação cidadã à alfabetização científica, constata-se que nas escolas, o ensino de Ciências da Natureza contribui para a ampliação de leitura de mundo feita pelo aluno, contribuindo para sua participação engajada nos assuntos que exijam conhecimento científico e social, como economia, ética, e meio ambiente (Costa; Ribeiro; Zompero, 2015, p. 532). A aplicação destes métodos de educação nos sistemas prisionais pode funcionar como pilar estratégico para a reinserção. À medida que o preso se vê engajado em assuntos científicos-tecnológicos, e amplia sua leitura do mundo, há uma transformação de dentro para fora, de modo que, em determinado momento não será suficiente a expansão da mente do detento para o mundo exterior, mas sentirá a necessidade da vivência em sociedade para aplicação

dos métodos aprendidos, assim como ocorre em sala de aula: crianças e adolescentes do ensino regular têm um ensino efetivo por ter a oportunidade de vivenciar na praticidade e liberdade de suas vidas o que é aprendido em sala de aula. O ensino prisional, para ser efetivo, deveria considerar estas mesmas prerrogativas, colocando em prática o dialogado, ainda que resguardadas as condições circunstanciais.

Considerações finais

A organização dos textos selecionados refletiu uma abordagem criteriosa e estruturada. Essa classificação temática, com destaque para a temática do objeto central e o recorte geográfico, permitiu uma análise mais aprofundada e direcionada, dividindo os textos em categorias como ensino de Ciências/Biologia em penitenciárias no Distrito Federal, ensino prisional em penitenciárias específicas da região e, de forma mais ampla, o ensino prisional em todo o Brasil. Tal metodologia proporcionou uma visão sistêmica do panorama educacional em ambientes prisionais, fornecendo informações cruciais sobre as particularidades do Distrito Federal e estabelecendo parâmetros para comparações mais amplas.

Nesse contexto, a pesquisa se destaca por sua abordagem multidimensional, unindo a profundidade das análises qualitativas presentes nos textos acadêmicos com a solidez dos dados quantitativos provenientes dos documentos oficiais. Essa complementaridade fortalece a fundamentação do estudo, conferindo-lhe um caráter abrangente e embasado, essencial para uma compreensão dos desafios e potenciais na implementação da educação prisional.

Quanto aos resultados encontrados, os textos se limitam aos aspectos subjetivos sobre a educação prisional, como a invisibilidade e ausência de políticas públicas

voltadas às penitenciárias, enquanto os documentos oficiais contribuem com outros tipos de informações, como planos e metas para efetivação da educação prisional e quantidade de detentos matriculados na EJA prisional.

Inobstante a precariedade de ações governamentais com a população carcerária, em especial com a educação, outros desafios são encontrados na tentativa de efetivação da garantia fundamental de acesso ao ensino. Invisibilidade social, ausência de infraestrutura básica, desistências e baixa frequência escolar são os principais desafios encontrados atualmente na EJA prisional. O trabalho também se mostra como um fator de impedimento, visto que à pessoa presa é dada a opção para o estudo e trabalho, e na maioria esmagadora das vezes, o trabalho é priorizado, tendo em vista a remuneração.

Apesar das numerosas dificuldades e barreiras encontradas na educação prisional, especialmente no ensino de Ciências, a utilização de meios que funcionem como formas de entretenimento tem demonstrado resultados satisfatórios. Desta forma, expande-se a capacidade de percepção e compreensão da sociedade, gerando interesse no debate de temas propostos. Porém, mais uma vez, a efetivação de formas de ensino encontram barreiras na ausência de estrutura básica, sendo salas de aulas escassas, ausência de materiais, e ausência de ambientes que permitam a exploração de recursos audiovisuais.

Apesar da confirmação do ensino de Ciências como meio fundamental para a educação cidadã, na compreensão do ser humano e na forma de se portar diante do mundo, ainda é um percalço a concretização de estratégias didáticas que permitam o ensino de ciências em um ambiente que, ao mesmo tempo, que clama por este ensino, tendo em vista a necessidade de ressocialização, também o rejeita, quando evidenciado a precariedade dos meios para estabilização do ensino de ciências na EJA prisional.

Notas

- ¹ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- ² Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização.
§ 2o Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos.

Referências

- BERNARDO, Renata. A experiência de alunos universitários voluntários em um projeto de Educação de Jovens e Adultos presos. **Revista Horizontes**: Dossiê: Educação de Jovens e Adultos, v. 28, n. 1, p. 97-107, jan.jun, 2010.
- BOMFIM, Vanessa Martins Farias Alves. A educação no sistema prisional do Distrito Federal: o olhar para além das grades. **Revista Latino-Americana de Criminologia**, v. 2, n. 1, p. 220-252, 2022.
- BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 6 out. 2023.

- BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 7 out. 2023.
- CAVALCANTE, Elisângela Caldas Braga; GASTAL, Maria Luiza de Araújo. Ensino de Biologia na educação prisional e na exibição de documentário, filme de curta e longa-metragem. **Anais do VIII ENPEC: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**. São Paulo: Unicamp, 2011.
- CAVALCANTE, Elisângela Caldas Braga. **Cinema na cela de aula: o uso de filmes no Ensino de Biologia para a EJA prisional**. 2011. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/0415dfb9-4c07-4823-8f0a-496726f411d7/content>. Acesso em: 15 out. 2023.
- COSTA, Joilma Cordeiro; MASSENA, Elisa Prestes. Uma revisão sobre a educação prisional no Brasil: o que (não) há sobre o ensino de Ciências. **Revista Temas em Educação**, v. 31, n. 1, p. 77-94, 2022.
- COSTA, Washington Luiz da; RIBEIRO, Robson Fleming; ZOMPERO, Andreia de Freitas. Alfabetização Científica: diferentes abordagens e alguns direcionamentos para o Ensino de Ciências. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 16, n. 5, p. 528-532, 2015.
- CLAUDIO, Gislaine Cardoso. **O ensino de ciências no contexto da medida socioeducativa de internação**. 2015. 71f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências), Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/18136>. Acesso em: 19 out. 2023.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em movimento da educação básica: Educação de jovens e adultos**. 2017. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/cirriculo-movimento-eja.pdf>. Acesso em: 7 out. 2023.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em movimento da educação básica: pressupostos teóricos**. 2014. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/03/1-pressupostos-teoricos.pdf>. Acesso em: 7 out. 2023.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Plano Distrital para Pessoas Privadas de liberdade e egressos do Sistema Prisional. Distrito Federal (2021-2024)**. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/PDEPPLESP_2021_2024_SEEDF_SEAPE_DF_29mar21.pdf. Acesso em: 7 out. 2023.
- FOUREZ, Gerard. **Alfabetização científica e tecnológica: acerca das finalidades do ensino das ciências**. Edições Colihue SRL, 1997.
- GRACIANO, Mariângela; SCHILLING, Flávia. A educação na prisão: hesitações, limites e possibilidades. **Estudos de Sociologia**, v. 13, n. 25, 2008.
- HONORATO, Hercules Guimarães. O pensamento de Paulo Freire e a educação no contexto prisional: ressocialização com emancipação. **RELAPAE**. ano 8, v. 15, p. 38-47, 2022. Disponível em: <https://revistas.untref.edu.ar/index.php/relapae/article/view/1209/1068>. Acesso em: 10 out. 2023.
- SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.
- VILANOVA, Rita; MARTINS, Isabel. Educação em ciências e educação de jovens e adultos: pela necessidade do diálogo entre campos e práticas. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 14, p. 331-346, 2008.